# DOCUMENTO DO COMANDO NACIONAL DE GREVE - BRASÍLIA
# EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA

Ao longo dos anos vem sendo sedimentada uma política educacional que objetiva limitar não só a autonomia da Universidade ma também sua capacidade de cumprir sua finalidade social, criar, produzir e difundir o conhecimento através do ensino, pesquisa e extensão.

Limita-se o potencial de ação social da Universidade através de restrições diretas ou indiretas, transparentes ou veladas, à comunidade universitária. O arrocho salarial levou a situação dos docentes a níveis insuportáveis. Um docente titular de uma Fundação recebe, hoje, 30% do que recebia, em termos reais, em 1981. Esta situação é também dramática nas Autarquias, onde o poder de compra do salário de um professor titular é hoje inferior ao de um professor auxiliar de ensino naquele mesmo ano. As consequências dessa política são a evasão de professores ou a perda de engajamento dos docentes na universidade. Tais consequências, somadas à proibição de contratação de pessoal, forçam à paralisação e ao abandono de linhas e projetos de pesquisa, à perda de experiências acumuladas e, do ponto de vista do ensino, comprometem a sua qualidade e, em última instância, a manutenção dos cursos.

Nossa pauta de reivindicações nesta greve define condições para a Universidade Pública e Gratuita realizar seu papel social, político e científico, possibilitando aos docentes exercerem, com dignidade, sua profissão.

Defencemos essas condições para todas as Universidades Federais, objetivando a construção de padrão unitário de qualidade. Esta é a nossa concepção de isonomia. Aceitar, pura e simplesmente o conceito de isonomia proposto pelo governo - o de igualar os salários das autarquias aos baixos salários das fundações - é referendar a estratégia de destruição da Universidade.

O projeto de isonomia aprovado na Câmara, e agora em tramitação no Senado, apenas abre espaço para conquistemos aquelas condições explicitadas anteriormente. É portanto necessário que desenvolvamos ações contundentes no sentido de conseguirmos que o MEC apresente contra-propostas efetivas a nossas reivindicações salariais de mais verbas para a Universidade, aposentadoria integral e admissão de novas contratações.

O MEC ainda não se pronunciou concretamente até o momento, sobre a nossa pauta de reivindicações. Apenas considera que na regulamentação do Projeto, através de reuniões técnicas possam ser contempladas "algumas idéias" do próprio MEC e do movimento docente. Não podemos aceitar esta estratégia. Aceitá-la significará abrir mão de nossa pauta de reivindicações e perder a iniciativa da luta. Devemos ter claro que manter a iniciativa é exigir, do MEC, a apresentação de contra-propostas para que a partir daí o conjunto dos docentes possa se posicionar sobre elas. Desta forma transformaremos as chamadas "questões técnicas" em negociações efetivas. Deve estar claro que estamos pelo atendimento integral de nossa pauta de reivindicações.